

EIXO TEMÁTICO: Experiências de intervenções em APPs urbanas: tecnologias, regulação urbanística, planos e projetos de intervenção.

Intervenções urbanas, ambiente e cotidiano em APPs: Inadequações e possibilidades nas experiências do bairro Mãe Luiza - Natal/RN.

Urban interventions, environment and quotidian in APPs: Inadequacies and possibilities on the experiences of Mãe Luiza neighborhood - Natal / RN.

MAMERI, Silvana Ferracciú (1); BENTES, Maria Dulce (2)

(1) Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN,
silvanamameri@gmail.com

(2) Professora Doutora, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN,
dubentes@gmail.com

EIXOS TEMÁTICOS: Experiências de intervenções em APPs urbanas: tecnologias, regulação urbanística, planos e projetos de intervenção.

Intervenções urbanas, ambiente e cotidiano em APPs: Inadequações e possibilidades nas experiências do bairro Mãe Luiza - Natal/RN.

Urban interventions, environment and quotidian in APPs: Inadequacies and possibilities on the experiences of Mãe Luiza neighborhood - Natal / RN.

RESUMO

O presente trabalho discute intervenções públicas nas estruturas urbanas de assentamentos localizados em Áreas de Preservação Permanente (APPs), focalizando especificidades socioambientais e práticas cotidianas das populações locais. É dado que ocupações em APPs tomam proporções expressivas nas cidades brasileiras, atingindo extensas áreas consolidadas no tecido urbano. Um dos desafios postos à qualificação dessas áreas é a adequação das intervenções às especificidades socioambientais e culturais do meio e das comunidades que, historicamente, constroem e reconstróem esses espaços. Para tanto, toma-se como universo de análise o bairro Mãe Luiza em Natal/RN. Instituído como Área Especial de Interesse Social (AEIS) e implantado sobre uma fração do campo dunar que configura o Parque Estadual das Dunas de Natal, Mãe Luiza apresenta características ambientais e sociais relevantes. Em seu processo de expansão e consolidação observa-se que as intervenções do Poder Público no tocante a implantação de infraestrutura e equipamentos urbanos, em sua maioria, apresentam-se de forma pontual, não levando em conta a fragilidade do ambiente, formas de apropriação e práticas cotidianas da comunidade. A observação e análise de tais intervenções visa contribuir com processos de adequação entre intervenções urbanas e particularidades de assentamentos em APPs, na perspectiva de potencializar os aspectos socioambientais e culturais próprios da sua formação.

PALAVRAS-CHAVE: Intervenção urbana em APPs, Áreas de interesse social e ambiental, Vida cotidiana.

ABSTRACT

This paper discusses public interventions in the urban structures of settlements located in Permanent Preservation Areas (APPs), focusing on social and environmental characteristics and daily practices of local populations. It is known that occupations in APPs take significant proportions in Brazilian cities, reaching large consolidated areas in the urban fabric. One of the challenges of qualifying these areas is to adequate the interventions to the social, environmental and cultural specificities of the environment and the communities that, historically, build and rebuild these spaces. Therefore, the Mãe Luiza neighborhood in Natal / RN is taken as an object of analysis. Established as a Special Zone of Social Interest (AEIS) and implemented on a fraction of the dune field that constitutes the Parque Estadual das Dunas de Natal, Mãe Luiza presents relevant environmental and social characteristics. It can also be observed that, in its process of expansion and consolidation, the interventions of the government regarding the implementation of infrastructure and urban facilities, are generally presented on an ad hoc basis, not taking into account the fragility of the environment, forms of appropriation and everyday practices of the community. The observation and analysis of such interventions aims to contribute to the processes of adequation between urban interventions and particularities of settlements in APPs, from the perspective of enhancing the social, environmental and cultural aspects of its formation.

KEY-WORDS: Urban intervention in APPs, Areas of social and environmental interest, Quotidian.

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho são discutidas intervenções urbanas realizadas pelo Poder Público em assentamentos localizados em Áreas de Preservação Permanente (APPs), com especificidades e exigências da proteção socioambiental, refletindo como essas intervenções podem reconhecer e incorporar as práticas cotidianas locais e as características particulares do ambiente. Busca-se apontar caminhos para adequações entre projeto, ambiente e cotidiano. Para tanto, toma como universo de análise a Área Especial de Interesse Social (AEIS) que configura o bairro Mãe Luiza em Natal (RN) ¹.

A criação da AEIS Mãe Luiza no âmbito da Política Urbana do município de Natal representa uma experiência exitosa sob o aspecto da proteção do direito a moradia, uma vez que, desde 1995 quando foi instituída no Plano Diretor, vem contribuindo para minimizar as ações do mercado imobiliário sobre o bairro. No entanto, apesar da importante conquista na proteção dos direitos sociais, Mãe Luiza apresenta questões ambientais no seu processo de expansão e consolidação.

Trata-se de uma Área de Preservação Permanente definida por um campo dunar, em cujos limites se encontram o Parque Estadual das Dunas do Natal (Zona de Proteção Ambiental 2) e as Encostas Dunares do Farol de Mãe Luiza (Zona de Proteção Ambiental 10). A configuração urbanística da AEIS Mãe Luiza é própria dos processos informais de uso e ocupação do solo (Figura 1).

Figura 1 - Regulamentação do bairro de Mãe Luiza - Zoneamento



Fonte: Acervo do Grupo de Estudos em Habitação Arquitetura e Urbanismo (GEHAU)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Nesse contexto, identificam-se problemas ambientais oriundos da ocupação, mas que se agravam, sobretudo, pelas intervenções urbanas e de infraestrutura que se realizam na área, que não levam em consideração as especificidades das APPs e as práticas cotidianas locais, ou seja, ocorrem hiatos entre os espaços concebidos pelas políticas públicas e o espaço vivido pelas comunidades. A partir da análise dos processos de uso e ocupação do solo no bairro de Mãe Luiza, admite-se como hipótese que as especificidades do meio físico, os padrões edilícios e as práticas cotidianas da comunidade, contêm elementos potenciais para a formulação de projetos urbanísticos.

Para a discussão dessas questões tomamos as reflexões sobre a prática urbanística de Otilia Arantes e Marcelo Lopes de Souza e os processos e conflitos correntes dos assentamentos humanos em APPs, com base em Maria Lucia Refinetti Martins e, fundamentalmente, os conceitos de Henri Lefebvre sobre o espaço concebido e o espaço vivido e a importância do estudo da vida cotidiana.

2 REFERENCIAL EMPÍRICO: O BAIRRO DE MÃE LUIZA

Localizado na região administrativa Leste da cidade de Natal, próximo ao oceano, o bairro Mãe Luiza possui 16.676 habitantes em 95,69 ha de extensão. Nascido no “seio da mata”, em 1940, abrigou uma pequena população que não possuía condições de morar nos bairros estruturados da cidade.

Desde os primeiros arruamentos sobre as dunas, na década de 1940 a comunidade interagia com a mata, extraindo dela as condições essenciais para a sua sobrevivência (Figura 2). Até a década de 1960 a ocupação se deu informalmente, com a abertura de veredas, vindo a se expandir de fato a partir de então.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980 inaugurou-se um novo contexto na relação dos moradores com as dunas e a praia. O Projeto Parque das Dunas/Via Costeira, situado entre as praias de Areia Preta e Ponta Negra, objetivou a criação de um distrito hoteleiro na orla marítima de Natal, a construção de uma via litorânea no limite leste do bairro, a Via Costeira, a criação do Parque Estadual das Dunas e a realização de melhorias na infraestrutura de Mãe Luiza, visando conter a expansão do assentamento sobre as dunas e promover a melhoria de suas condições de urbanização.

Figura 2 – Interação da comunidade de Mãe Luiza com o local



Fonte: Acervo Centro Sócio Pastoral Nossa Senhora da Conceição (CSPNSC) - Mãe Luiza, déc. 1970

No entanto, no processo de implementação desse Projeto, as ações definidas para a área de Mãe Luiza receberam pouca atenção por parte do Poder Público no que diz respeito à efetivação das propostas formuladas. A infraestrutura urbana do bairro só foi implantada mediante sucessivas lutas empreendidas pelas organizações comunitárias locais.

O processo de valorização da região, associado à ausência de uma política fundiária adequada aos objetivos de democratização da terra urbanizada, geraram tensões entre as áreas do entorno, o turismo e a gestão da Via Costeira e Parque das Dunas com a comunidade.

A partir da década de 1990, acentuaram-se os debates na comunidade sobre as condições de permanência da população, face aos processos de especulação imobiliária do entorno do bairro e sobre a questão ambiental (Figura 3).

Figura 3 – Visão do bairro de Mãe Luiza e a relação com o Parque das Dunas e a produção imobiliária do entorno



Fonte: Acervo Oficina QUAPA – SEL / FAUUSP e GEHAU / UFRN

Essa problemática levou a comunidade a se mobilizar pela regulamentação do uso e ocupação do solo do bairro, conquistando a aprovação da Lei nº 4.663 em 1995. Assim, o bairro foi reconhecido como Área Especial de Interesse Social no Plano Diretor de Natal.

Além das especificidades fundiárias e ambientais, a comunidade apresenta um conjunto de referências no campo da cultura, da educação popular, da organização comunitária, entre outros, cujos valores se expressam nas vivências e no espaço que constroem e reconstróem em seu cotidiano.

Nesse contexto, chama atenção a dissonância entre as intervenções públicas urbanas e as especificidades físico ambientais e práticas cotidianas no bairro Mãe Luiza.

3 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO: A PRÁTICA URBANÍSTICA, AMBIENTE E VIDA COTIDIANA

A cidade industrial e a experiência moderna materializaram um modo de vida em que se atribuía a responsabilidade da mudança social à arquitetura, através da produção em massa de habitação para resolver a demanda crescente, especialmente no pós-guerra.

Esse modelo de organização em grande escala representou uma ruptura e uma fragmentação da vida social e cotidiana concebida até o século XIX. Um mundo onde os vínculos afetivos são rompidos, o mundo social se fragmenta e configura uma personalidade urbana peculiar que George Simmel caracterizou como indiferente ou blasé. (RAMIREZ, 2010)

Refletindo sobre o Movimento Moderno Otilia Arantes (1998) argumenta que:

O Movimento Moderno se esgotou (como muitos movimentos políticos ou tendências artísticas) na medida mesma da realização de seu programa [...] por estrita fidelidade ao mesmo princípio de racionalização absoluta que define a lógica social da ordem capitalista. [...]

O discurso da funcionalidade social alardeado estava inchado de ideologia: ajustadas aos princípios da linha de montagem, como células que vão se ordenando no tecido urbano, as edificações obedecem antes ao consumo de massa, ou seja, à lógica da produção em série, do que às necessidades reais dos indivíduos a que se destinam. (ARANTES, 1998, p. 108, 109)

Desde a falência da ideia de planificação global da cidade dos modernistas, as intervenções urbanas vêm se dando de forma pontual e intencionalmente modesta, buscando uma requalificação que respeite o contexto, a morfologia e tipologia arquitetônica, preservando os valores locais, substituindo “a urbanização demolidora dos modernos” pela “modéstia antiglobalizante do pós-modernismo.” (ARANTES, 1998).

Arantes (1998) questiona se essa modalidade de intervenção advinda com o pós-modernismo, a partir dos anos de 1960, pautadas pela modéstia, o realismo, as modificações discretas, não estariam apenas substituindo a ideologia da planificação dos modernos pela ideologia da diversidade, das identidades locais, onde os conflitos são escamoteados por uma espécie de “estetização do heterogêneo” que esconde a condição de miséria. Em sua visão, o impasse que envolve o desenho urbano na atualidade é de que ele possa, através de meios técnicos, tornar nossas cidades esteticamente melhores e, sobretudo, trazer melhorias materiais das condições de vida e ser realmente capaz de se converter em um instrumento eficiente de desenvolvimento na cidade, frente aos processos relacionados ao modelo de desenvolvimento econômico, que orientou o processo de urbanização nas cidades brasileiras.

A própria expressão ‘desenho urbano’ (em lugar de planejamento), pelo que encerra de restrição, parece anunciar esse estreitamento das possibilidades de mudança real [...] imposto pelo rumo atual do capitalismo, cuja mundialização é responsável em grande parte por uma urbanização tanto mais intensa e extensa quanto maior o contingente dos ‘náufragos da competitividade’ mundial (só no Brasil, mais de 70% da população pobre reside nas cidades)” (ARANTES, 1998, p. 132).

Os resultados desse modelo estão postos, com cerca de 80% da população total vivendo em áreas urbanas, com a marcante presença de assentamentos populares e precários, notadamente nos lugares ambientalmente frágeis, pois representam a única alternativa de moradia de enorme parcela da população (MARTINS, 2006).

Martins (2006) considera fundamental assumir que sem um forte investimento e prioridade no desenvolvimento social, será impossível conseguir um desenvolvimento

econômico que garanta condições ambientais básicas, pois a questão ambiental urbana é intrinsecamente associada à questão da moradia.

O planejamento urbano tem sido alvo de críticas e objeções, sobretudo nos últimos trinta anos. No início dos anos 1970 o pensamento marxista exerceu uma poderosa influência no planejamento urbano através de publicações como *A questão urbana* de Manuel Castells, em 1972 e *A justiça social e a cidade* de David Harvey, em 1973. Antes disso, em 1968, Henri Lefebvre já havia escrito *O Direito à Cidade*. Essas publicações representam uma denúncia ao planejamento urbano como instrumento a serviço da manutenção do status quo capitalista (SOUZA, 2010).

A importância do pensamento de Henri Lefebvre nessa discussão se expressa em sua concepção do direito à cidade - uma manifestação superior dos direitos, quais sejam o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar, o direito à obra e o direito à apropriação (LEFEBVRE, 2001)

A partir do pensamento de Lefebvre, entende-se que o direito a cidade se expressa na cotidianidade, na apropriação da cidade pelos cidadãos, na busca da heterogeneidade, contrária ao processo de homogeneização da sociedade capitalista (CARLOS, 2011).

Os escritos de Henri Lefebvre sobre a sociedade urbana apontam para a importância do estudo da vida cotidiana, do lugar onde o homem se reconhece e vive, onde se dá a unidade da vida social. Essa noção está intimamente ligada ao sentido de apropriação dos espaços pelo ser humano.

Para Lefebvre (1978), a ação dos grupos humanos sobre o meio material e natural possui dois atributos: a dominação e a apropriação. A dominação sobre a Natureza material, resultado de operações técnicas a arrasa, ao contrário da apropriação, que transforma a natureza em bens humanos.

A apropriação é a meta, o sentido, a finalidade da vida social. Sem a apropriação, a dominação técnica sobre a Natureza tende ao absurdo, na medida em que cresce. Sem a apropriação pode haver crescimento econômico e técnico, mas o desenvolvimento social propriamente dito se mantém nulo (LEFEBVRE, 1978, p. 164, tradução nossa).

Dessa forma, o sentido de apropriação enquanto instância do desenvolvimento social se manifesta no cotidiano.

Na cotidianidade se mesclam as realizações e o que certos filósofos chamam “as alienações” do ser humano. A vida cotidiana confronta os possíveis e os impossíveis [...]

Intermediária privilegiada entre os setores do cotidiano – os lugares de trabalho, a residência, os lugares de distração – a rua representa, na nossa sociedade, a vida cotidiana. [...] o lugar de passeio, de interferências, de circulação e de comunicação. A rua se repete e se transforma como a cotidianidade [...] (LEFEBRE, 1978, p. 88, 94, tradução nossa).

Como elementos fundamentais de reflexão, Lefebvre (1978) ressalta a importância de funções essenciais da cidade, como a rua, a dimensão simbólica representada por edificações, a função lúdica e os corredores de circulação/informação.

A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

A geógrafa Ana Fani Carlos (2007, p.17) define o lugar enquanto espaço da reprodução da vida, que pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. “O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua [...]”, que é o plano do vivido. O bairro é o espaço imediato da vida, das relações cotidianas, onde se exerce o caminhar, o ir às compras, o encontro, os jogos, as brincadeiras e é no cotidiano que se realizam o local e o mundial.

Lefebvre (2001, p.35) mostra a importância que a produção do espaço assume no processo de reprodução da sociedade, ao deixar de ser valor de uso – “a cidade e a vida urbana, o tempo urbano” - para transformar-se em valor de troca – “os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos”.

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar. Lefebvre (2006, p. 39) diz que “a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço.” Podemos identificar nessa prática espacial o que o autor chama de *as representações do espaço* ou *espaço concebido*, que é o espaço dos planejadores, urbanistas, agenciadores e que é dominante em uma sociedade; e os *espaços de representação* ou *espaço vivido*, que é o espaço dos habitantes, usuários, o espaço dominado. Mas esta não é uma relação de dualidade, mas sim de simultaneidade de lógicas.

Lefebvre (1974), no entanto, atesta que o espaço concebido (representações do espaço), não esmaga por completo o que ele identifica como espaços de representação.

O que ocorre é um processo de simultaneidade entre lógicas, a partir do entendimento de que o espaço abstrato possui contradições que se expressam no confronto entre a lógica regida pelo concebido e a apropriação feita por essa lógica, a partir da complexidade apresentada pelo espaço social, regido pela prática cotidiana, do espaço tido como vivido. Dessas contradições emerge o espaço diferencial, definido desta forma, pois, se o espaço abstrato tende para a homogeneidade, através da eliminação das diferenças, uma nova forma de produção do espaço só pode surgir a partir da acentuação das diferenças (NASCIMENTO, 2011, p.53).

Ao tratar do tema do urbanismo, Lefebvre (1999) alerta para a ausência de uma epistemologia do urbanismo, dado o seu caráter institucional e ideológico, que prevalece sobre o caráter científico. O urbanismo se vê condicionado a uma dupla crítica – a de direita e de esquerda. A crítica de direita, oculta e justifica uma ideologia neoliberal e abre caminho à iniciativa privada. A crítica de esquerda é a que tenta abrir a via do possível, no sentido de explorar e balizar o terreno ocupado pelas forças econômicas, sociais e políticas existentes, sendo, portanto, a crítica utópica que toma distância do ‘real’ sem perdê-lo de vista.

Por ter esse duplo aspecto, institucional e ideológico, o urbanismo seria “o veículo de uma racionalidade limitada e tendenciosa da qual o espaço, ilusoriamente neutro e não político constitui o objeto.” (LEFEBVRE, 1999, p.166). Para Lefebvre, essa afirmação, apesar de necessária, não basta para explicar a problemática urbana, sendo que outros elementos devem ser investigados. Um problema que o autor considera como dos mais perturbadores, reside na “extraordinária passividade das pessoas diretamente interessadas, preocupadas pelos projetos, postas em questão pelas estratégias.” (LEFEBVRE, 1999, p.163). Essa passividade, essa ausência de participação dos interessados tem razões históricas, políticas, teóricas, sociológicas e tem mantido os usuários afastados dos processos de decisão. O espaço concreto, que

é o espaço do cotidiano, do vivido, do habitar é substituído pelo espaço abstrato, geométrico.

Marcelo Lopes de Souza (2010) acredita na possibilidade de um planejamento, que mesmo operando nos marcos de uma sociedade injusta, possa contribuir material e político-pedagogicamente para a superação da injustiça social. Suas reflexões colocam em questão a possibilidade de realização de um percurso que vai da crítica do planejamento urbano a um planejamento urbano críticoⁱⁱ.

Com base nessas premissas, busca-se compreender o bairro de Mãe Luiza a partir dos seus espaços de representação, no plano do vivido, em seu entrelaçamento com as representações do espaço concebidas pelas políticas ambiental e urbana, vislumbrando possibilidades para a prática urbanística em áreas de conflito.

4 BAIRRO MÃE LUIZA: AMBIENTE E COTIDIANO

No processo de consolidação do bairro Mãe Luiza, a população que ocupa essa área estabeleceu ao longo do tempo apropriações e identidades com o lugar, a partir de suas construções cotidianas.

O estudo da vida social e cotidiana informa sobre o lugar onde a comunidade se reconhece e vive, onde se desenvolve a unidade da vida social e onde se caracteriza sua história, ainda que sejam indispensáveis para a compreensão da realidade local os instrumentos de análise morfológica. A proposta do presente estudo busca considerar essa espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada. Ao trabalharmos as diferentes frações do espaço, estamos observando um espaço que é um produto social associado a uma prática espacial expressa através de sua forma de uso.

Entre os espaços produzidos pela informalidade e os espaços produzidos pelo poder público, as práticas sociais e cotidianas associadas às especificidades do meio físico se configuram como uma dimensão de análise que questiona a racionalidade de projetos urbanísticos ou de intervenções pontuais (remodelações), com ênfase na dimensão técnica.

Para análise dessas questões considerou-se: **(i)** material iconográfico da área, que informa sobre a evolução urbana; **(ii)** observação local realizada através de percursos e caminhadas com registro fotográfico, buscando apreender os seguintes aspectos: formas de uso e ocupação do território, contemplando as áreas edificadas e as áreas livres, públicas e privadas; práticas cotidianas e culturais da comunidade; especificidades da APP considerando o ambiente construído e a apropriação dos espaços pela comunidade; análise das intervenções urbanas realizadas pelo poder público.

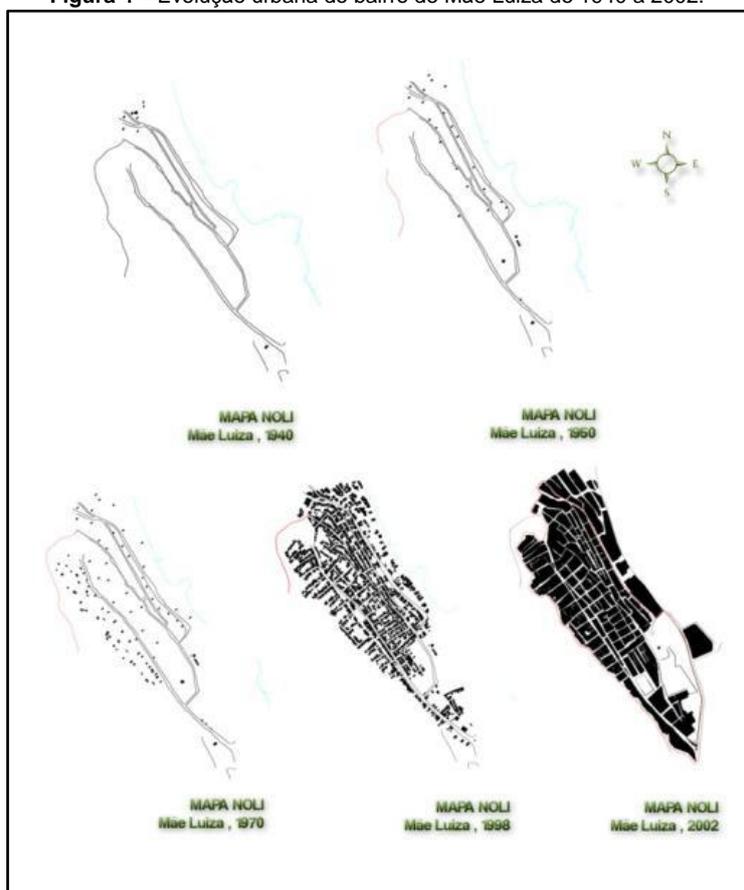
Os elementos característicos do padrão de produção informal da moradia, sob a legislação específica da AEIS, como é o caso do bairro Mãe Luiza, evidenciam potencialidades para orientar propostas de intervenção urbana na área, tais como: **(i)** Os parâmetros de uso e ocupação do solo da AEIS (parcelamento, taxa de ocupação, gabarito) relacionados à efetivação da função social da propriedade, e que informam sobre permanências e vida cotidiana; **(ii)** os efeitos desses padrões sobre a proteção ambiental, visto que: a tipologia edilícia dialoga com a escala dos elementos naturais (dunas), ou seja, a escala permite a composição e valorização dos elementos naturais marcantes da paisagem; os espaços livres privados (jardins e quintais) são dotados de vegetação, permitindo a permeabilidade do solo e o sombreamento; as edificações

A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

acomodam-se à morfologia natural dos terrenos, reduzindo-se as ações de cortes e aterros; a expansão do assentamento expressa de forma predominante o crescimento da própria comunidade; os traços da cultura local são evidenciados nas tipologias construtivas adotadas e nas formas de apropriação dos espaços públicos que conservam traços da sua memória e identidade.

Nessa perspectiva, através do mapeamento da ocupação do solo a partir dos anos de 1940, pode-se fazer uma leitura do processo de evolução urbana da área, identificando-se que a ocupação do bairro intensifica-se a partir dos anos de 1990 (Figura 4). Apesar do processo de adensamento, com o aumento de moradias, comércio e serviços, a manutenção do padrão fundiário se mantém, em função da criação da AEIS, mediante a aprovação da Lei nº 4.663, em 31 de julho de 1995, que dispõe sobre o uso do solo, limites e prescrições urbanísticas do bairro de Mãe Luiza. A lei estabelece em seus Art. 6º e 7º um gabarito máximo de 7,5 m (sete metros e meio) para as edificações e um lote máximo de 200 m² (duzentos metros quadrados).

Figura 4 – Evolução urbana do bairro de Mãe Luiza de 1940 a 2002.



Fonte: Acervo GEHAU – UFRN

Com a regulamentação da AEIS, em 1995, a mudança de padrões tipológicos evidenciada na área, atualmente, está mais associada aos sistemas construtivos e ao adensamento, do que propriamente a alterações do gabarito e do padrão do lote (Figuras 5 e 6), muito embora se observe uma tendência de construções de três pavimentos, ainda discreta.

A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

Figura 5 – Formação inicial do assentamento onde se desenvolveu a comunidade de (década de 1960)

Fonte: CSPNSC Mãe Luiza

Figura 6 – Manutenção do padrão tipológico referente ao gabarito e tamanho do lote

Fonte: Acervo GEHAU - UFRN

A restrição do gabarito em 7,5 m (sete metros e meio), definido pela Lei nº 4.663, possibilita que os atributos da paisagem circundante sejam valorizados, como é o caso da relação do bairro com o Parque das Dunas, conforme mostra a figura 7. Desta forma, a legislação vigente da AEIS, além da atribuição de garantir o cumprimento da função social da propriedade através da regularização fundiária, também contribui para a proteção da paisagem.

Figura 7 – Visualização da paisagem do Parque das Dunas em uma das ruas do bairro

Fonte: Acervo GEHAU – UFRN

A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

A duna possui um alto valor, tanto pelo caráter paisagístico, como ambiental e mostra-se especialmente sensível a qualquer forma de assentamento humano, como informa Macedo (99). As ocupações em dunas podem desestabilizar a sua estrutura por completo e podem levar a destruição de extensas áreas de seu entorno imediato. Essa desestabilização ocorre pela retirada de vegetação e areia, que podem iniciar um processo de migração dunar, diminuindo a capacidade de carga dos aquíferos ou simplesmente eliminando suas belas paisagens.

Nesse sentido, a manutenção de espaços livres intralotes (jardins e quintais) vegetados revelam um traço cultural da comunidade potencialmente favorável em relação à especificidade ambiental da área ao favorecer a permeabilidade do solo, além de proporcionar sombreamento e embelezamento paisagístico. Essa característica geral do bairro pode ser observada na figura 8.

Figura 8 – Quintais e jardins arborizados em Mãe Luiza



Fonte: Acervo GEHAU – UFRN

Do ponto de vista de suas construções cotidianas, os moradores de Mãe Luiza também estabeleceram ao longo do tempo relações de uso com os espaços públicos do bairro, como a feira, a prática de atividades de lazer e comércio nas ruas e canteiros, o uso doméstico das calçadas (a calçada como extensão da moradia), o ato de caminhar a pé pelas ruas do bairro. Essas atividades foram registradas em fotografias a partir de caminhadas realizadas em percursos traçados a partir de eixos estruturantes do bairro e podem ser observadas nas figuras 9 a 15.

Figura 9 – Espaço da feira



Fonte: Acervo GEHAU – UFRN

A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

Figura 10 – Atividades lúdicas e de lazer nas ruas



Fonte: Acervo GEHAU - UFRN.

Figura 11 – Comércio nas calçadas



Fonte: Acervo GEHAU - UFRN.

Figura 12 – Comércio no largo da Igreja



Fonte: Acervo GEHAU – UFRN

Figura 13 – Atividade de lazer e comércio nos canteiros



Fonte: Acervo GEHAU - UFRN

A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

Figura 14 – Uso da calçada como extensão da moradia

Fonte: Acervo GEHAU - UFRN.

Figura 15 – Ato de caminhar pelo leito das ruas

Fonte: Acervo GEHAU - UFRN

Apesar das evidências das práticas cotidianas locais e a situação de fragilidade ambiental do bairro, as intervenções públicas nas estruturas urbanas, em sua maioria, desconsideram essas questões, adotando práticas urbanísticas tradicionais, como a construção de praça com graves problemas de acessibilidade (situação que se manteve até o ano de 2013), pavimentada, sem sombreamento e pouco usada pela comunidade. Percebe-se a opção, por parte de alguns moradores, da utilização do espaço criado entre o muro de arrimo e a calçada, por ser a única área dotada de sombreamento (Figuras 16 e 17).

Figura 16 – Praça com pouco uso, pavimentada e sem áreas de sombreamento.

Fonte: Fonte: Acervo GEHAU - UFRN.

A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

Figura 17 – Utilização de espaço sombreado externo à praça

Fonte: Acervo GEHAU - UFRN.

Outra situação apresentada refere-se à instalação de caçambas para deposição de lixo no entorno da igreja, que desqualifica um espaço público bastante frequentado pela comunidade (Figura 18).

Figura 18 – Implantação de caçambas de lixo no largo da igreja

Fonte: Acervo GEHAU – UFRN

Do ponto de vista da Política Ambiental, a salvaguarda do Parque das Dunas e encostas dunares, com a criação do Parque das Dunas/ZPA 2 e da ZPA 10, colocou de um lado a possibilidade de conter o avanço do assentamento sobre as dunas, protegendo a Unidade de Conservação. Por outro lado, desencadeou um processo de ruptura entre a comunidade e as áreas protegidas, materializado pela construção de cercas e muros, cuja transposição é visível no cotidiano da comunidade.

As apropriações indevidas na área do Parque, com a derrubada das cercas ou a prática de pular os muros que separam a comunidade da ZPA-10 para acessar a praia são práticas correntes, que colocam em questão os direitos da comunidade em usufruir dos espaços que anteriormente possuíam livre acesso, com as novas regras colocadas pela gestão ambiental (Figura 19).

Essa situação aponta para o difícil diálogo entre as áreas de preservação e a comunidade, que construiu cotidianamente representações em relação à mata (dunas), mas vivenciou o processo de proteção das áreas como expectadores. Como relatam antigos moradores: “da mata vinha a lenha para cozinhar, madeira para construir, erva para curar, dunas de areia para brincar e altares nas dunas para

celebrar. Principalmente, vivíamos sem cercas e muros.” (História oral. Roda de Conversa na casa de idosos. Espaço Solidário-abril, 2006).

Figura 19 – Transposição do muro que faz a divisa com a ZPA - 10 para o acesso à praia



Fonte: Acervo GEHAU - UFRN

Através de seminários comunitários os moradores de Mãe Luiza vêm apontando alternativas para o enfrentamento dessas questões, frente à necessidade da implementação de ações que articulem o modo de vida da comunidade em sua relação com as áreas naturais, considerando a salvaguarda do patrimônio ambiental. As resoluções desses Seminários permitem fazer uma leitura dos problemas sentidos pela comunidade a partir de 1992 em sua história de resistência e afirmação de suas construções cotidianas, identificando-se visões, questionamentos e desejos manifestos sobre os espaços públicos do bairro.

A inserção da área de Mãe Luiza entre duas áreas protegidas compõe uma paisagem muito particular. A lógica interna da informalidade do traçado do bairro dialoga com o sítio físico, visto que a ocupação inicial se deu no sentido transversal praia - duna, mas a expansão do assentamento se deu predominantemente no sentido longitudinal acompanhando a topografia do sítio.

Percebe-se que os espaços concebidos pelo Poder Público nas estruturas urbanas do assentamento transformam as práticas sociais e culturais locais, enquanto instância do vivido, que poderiam ser importantes referências para a concepção de projetos.

Conforme demonstrado, o uso das ruas do bairro como locais de comércio, lazer e locomoção implica em priorizar o seu estudo no âmbito do projeto urbano, como um importante referencial de afirmação das práticas cotidianas locais. Assim como a proposição de caminhos exclusivos para pedestres, articulados com trilhas ou passeios ecológicos no Parque das Dunas, podem representar elementos de integração entre as duas Zonas de Proteção Ambiental e o assentamento, numa perspectiva de reinserção e de reconciliação entre natureza-comunidade-natureza.

5. CONCLUSÕES

As áreas consolidadas em APPs e instituídas com Áreas Especiais de Interesse Social como é o caso da comunidade em estudo, necessitam de projetos urbanísticos que minimizem os impactos ao meio ambiente causados pelas ocupações e ao mesmo

tempo tragam melhorias na qualidade de vida de suas populações, considerando suas práticas sociais e cotidianas em relação com o ambiente circundante.

A análise das relações socioambientais presentes nesses assentamentos compreende importante elemento para entendimento das potencialidades e conflitos entre a criação de áreas especiais e comunidades locais que mantêm tradicionalmente relações cotidianas com essas áreas.

A partir dos percursos e observações realizadas pode-se inferir que os padrões edilícios e a vida social e cotidiana da comunidade de Mãe Luiza, associadas às especificidades do meio físico contêm elementos potenciais para a formulação de projetos.

O diálogo entre as Políticas Públicas em suas diferentes esferas de atuação, gestão pública e comunidade na regulamentação de áreas especiais é de suma importância para a realização de projetos e intervenções urbanísticas.

Ao tratarmos de uma comunidade que a partir de suas conquistas resiste aos processos de especulação imobiliária, interessou discutir nesse artigo como o espaço vivido transparece nas diferentes formas de apropriação, enquanto que o concebido se mostra nas ações do Estado e do mercado, destituindo as comunidades de suas referências socioespaciais.

É fundamental que a definição de categorias de análise para a formulação de projetos urbanísticos busque compreender as especificidades do ambiente natural no qual se insere, além de traduzir os modos de vida dos moradores aos quais se destinam e que inscrevem no espaço, através do tempo, seus percursos e dinâmicas próprias de crescimento.

Com essa perspectiva de análise, busca-se construir referenciais para intervenções em áreas de interesse social e ambiental capazes de potencializar valores do ambiente físico natural, notadamente dos assentamentos implantados sobre APPs, e as dinâmicas sociais e culturais gestadas no cotidiano das comunidades que historicamente criam e recriam os seus espaços de vida.

6. REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- _____. *Conferencia inaugural do I Colóquio Do Rural ao Urbano - Henry Lefebvre*. Natal, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Antologia preparada por Mario Gaviria. Versão espanhola de Javier González-Pueyo do original francês. Barcelona: Península, 1978.
- _____. *A revolução urbana*. Tradução: Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- _____. *O direito a cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.
- MACEDO, Silvio Soares. *Litoral Urbanização: Ambientes e seus Ecossistemas Frágeis*. In Paisagem e Ambiente, FAUUSP, São Paulo, v. XII, 1999.
- MARTINS, Maria Lucia Refinetti. *Moradia e Mananciais. Tensão e diálogo na metrópole*. São Paulo, FAUUSP/FAPESP, 2006.

A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

Nascimento, José Clewton do. (Re) *Descobriram o ceará? representações dos sítios históricos de Icó e Sobral : entre areal e patrimônio nacional*. Salvador: EDUFBA : PPGAU; - Florianópolis : ANPUR, 2011.

NATAL. Câmara Municipal. *Lei nº 4.663, de 31 de julho de 1995*. Dispõe sobre o uso do solo, limites e prescrições urbanísticas da Área Especial de Interesse Social – AEIS, no Bairro de Mãe Luiza no Município de Natal. Natal, 1995.

RAMIREZ, Baltazar Fernandes. El medio urbano. In: ARAGONES, Juan Ignacio, AMERIGO, Maria (coors.). *Psicologia Ambiental*. Madrid: Pirâmide, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

NOTAS

ⁱ As discussões do presente artigo fazem parte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento pelo PPGAU/UFPA: “ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM ÁREAS AMBIENTALMENTE SENSÍVEIS: caminhos para o desenho urbano/ambiental”.

ⁱⁱ O planejamento urbano diz respeito a um contexto mais amplo e trata-se de um campo que congrega diferentes profissionais, como sociólogos, geógrafos, além do arquiteto-urbanista. O planejamento urbano inclui, portanto, o urbanismo (ou desenho urbano), que é uma tradição do saber arquitetônico e envolve uma dimensão estética (SOUZA, 2010).